



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO  
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS AO MULTIGUISMO E À  
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

NATHÁLIA LOPES DE ASSUNÇÃO

**EVENTOS ACESSÍVEIS:**  
**proposta de manual para a empresa júnior Quimera**

Brasília – DF

2018

NATHÁLIA LOPES DE ASSUNÇÃO

**EVENTOS ACESSÍVEIS:  
proposta de manual para a empresa júnior Quimera**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Línguas  
Estrangeiras Aplicadas ao  
Multilinguismo e à Sociedade da  
Informação, da Universidade de  
Brasília, como requisito para  
obtenção de grau bacharel.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Helena Santiago Vigata

Brasília – DF

2018

Dedico este trabalho aos meus pais, amigos e professores que me apoiaram durante todo o percurso de elaboração, tornando-o possível.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a minha família, que me apoiou durante todos os anos e que sempre esteve presente em todas as etapas da minha vida, em especial minha avó Maria Zenaide, por ser um exemplo vivo de determinação e coragem. Obrigada por aguentarem todas as minhas mudanças de humor e por estarem sempre ao meu lado.

Aos vários amigos e colegas que conheci durante meus anos de estudo, adquirir conhecimento com vocês tornou toda a experiência universitária inesquecível.

À empresa júnior Quimera, da qual eu tive o prazer de fazer parte e aprender da forma mais intensa possível, como são os processos básicos de projetos, que claro, foi o que me inspirou a realizar este trabalho. Obrigada também por aceitarem ser o meu “destinatário final”, por assim dizer.

Agradeço à minha orientadora, Helena Santiago, por todo o apoio na produção desse trabalho, por ser sempre solícita e paciente em responder cada uma das perguntas nos vários e-mails exageradamente grandes que mandei durante o semestre. Também a todos os professores, de LEA-MSI ou não, que contribuíram com a minha vida acadêmica.

Aos meus chefes Murad e Amanda Skeff, que sempre estão dispostos a apoiar meus projetos e que ajudaram bastante com a produção física do manual.

Enfim, agradeço a todos que acreditaram no meu trabalho e que colaboraram com a realização do mesmo.

“As diferenças de costumes e língua não significam nada se nossos objetivos forem os mesmos e os nossos corações forem receptivos.”

(ROWLING, J.K.)

## **RESUMO**

Universidades e empresas buscam através de métodos e técnicas, juntamente com o respaldo das leis, tornar o acesso à cultura, informação e ciência um direito de todos, e claro, um novo ramo de trabalho. Existem poucas obras, guias ou manuais que possam orientar a produção de eventos acessíveis, e os estudos neste ramo podem ter um diferencial em como tratamos questões de acessibilidade. A inovação tem de começar a ser construída a partir dos níveis básicos de ensino empresarial, como por exemplo as empresas juniores, que constituem uma grande parcela do aprendizado universitário tendo em vista o mercado de trabalho. No Instituto de Letras da Universidade de Brasília, a empresa júnior Quimera tem administrado eventos e encontros de cunho universitário, e por a universidade ser um espaço para todos, há uma necessidade de uma estruturação mais abrangente. O intuito desde trabalho é analisar alguns manuais já produzidos, trabalhos acadêmicos e artigos, e propor um modelo de manual para eventos acessíveis para a empresa júnior Quimera.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Eventos; Manual; Empresa Júnior.

## **ABSTRACT**

Universities and companies seek through methods and criteria, along with the backing of laws, to make access to culture, information and science a right for everyone, and, of course, a new line of work. There are few works, guides or manuals that can guide the production of accessible events, and the study in this branch can be a differential in how we deal with accessibility issues. Innovation must start to be built from the basic levels of business education, such as junior companies, which constitute a large part of university learning for the labor market. At the Institute of Letters of University of Brasilia, the junior enterprise Quimera has managed academic events and meetings, and since university is a space for all, there is a need for a more comprehensive structuring. The purpose of this work is to analyze some manuals, academic papers and articles and to propose a guide for accessible events for the junior enterprise Quimera.

**Keywords:** Accessibility; Events; Guide; Junior Enterprise.

## RÉSUMÉ

Les universités et les entreprises cherchent par des méthodes et des critères, ainsi que le respect des lois en vigueur, à faire de l'accès à la culture, à l'information et à la science un droit pour tous et bien entendu, un nouveau domaine d'activité. Peu de travaux, de guides ou de manuels qui peuvent guider la production des événements accessibles et l'étude dans cette branche qui peut constituer une différence dans la façon dont nous traitons les problèmes d'accessibilité. L'innovation doit commencer à être construite à partir des niveaux élémentaires de la formation commerciale, tels que les petites entreprises, qui constituent une partie importante de l'apprentissage universitaire sur le marché du travail. Néanmoins, À l'Université de Brasilia, en ce qui concerne plus particulièrement l'institut des lettres, la Junior-Entreprise Quimera a géré des événements et des réunions parmi les universités, et comme l'université est un espace pour tous, une structuration plus complète s'impose. L'objet de ce travail est d'analyser certains manuels déjà publiés, des articles académiques et de proposer un manuel d'événements accessibles pour la jeune entreprise Quimera.

**Mots-clés:** Accessibilité ; Événements ; Manuel ; Junior entreprise.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exemplo de manual da Empresa Júnior Quimera .....	19
Figura 2 – Exemplos de estrutura dos manuais estudados.....	20
Figura 3 – Guias de acessibilidade em eventos SEBRAE SP e Prefeitura de São Paulo.....	22
Figura 4 – Exemplo de como é apresentado Pessoa com Deficiência em um dos manuais .....	26
Figura 5 – Anexos 1 e 2 .....	27
Figura 6 – Anexo 5.....	29
Figura 7 – Cotas de assentos reservados por lotação .....	31
Figura 8 – Ângulo de visão e espaço destinado à cadeira de rodas .....	31
Figura 9 – Informativo de serviços de acessibilidade para o evento .....	32
Figura 10 – Símbolos Internacionais das pessoas com deficiência, pessoa com deficiência visual e pessoa com deficiência auditiva .....	34

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	10
2 ACESSIBILIDADE .....	12
2.1 Conceitos .....	12
2.2 Leis e Decretos .....	13
3 PRODUÇÃO DE EVENTOS.....	17
3.1 Conceitos .....	17
3.2 Leis e Decretos .....	18
4 METODOLOGIA.....	19
4.1 Capa .....	23
4.2 Planejando um evento acessível .....	24
4.3 Atenção.....	24
4.4 Gerência e equipe .....	26
4.5 Concepção.....	27
4.6 Pré-evento .....	29
4.7 Transevento.....	33
4.8 Pós-evento.....	35
4.9 Termos de acessibilidade e Anexos .....	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	36
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	36

## 1 INTRODUÇÃO

Pessoas com deficiência têm um longo histórico de lutas em busca da aquisição de direitos básicos, como o direito aos estudos, a saúde e ao lazer. Desde a regulamentação de leis que asseguram esses direitos, o cenário nacional em relação à acessibilidade tem mudado, e novas formas de inclusão são acrescentadas diariamente em ambientes formais e informais.

Atividades ligadas ao meio acadêmico e ao lazer são questões pertinentes quando tratamos de acessibilidade. Podemos dizer que uma cadeia de acontecimentos, desde o reconhecimento do termo “pessoa com deficiência” que veio por meio da promulgação do decreto que valida a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, feita pela ONU em 2006 até os novos parâmetros da Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Lei nº 13.146 de 6 julho de 2015), tem proporcionado o acesso dessas pessoas a esses ambientes, pois, com maior instrução e qualificação, há maiores possibilidades no mercado de trabalho, o que gera uma renda para o indivíduo, que, conseqüentemente, o leva a buscar mais lazer. (FERREIRA, 2015, p.9).

No que concerne à estrutura física, como também à adaptação didática nas salas de aula na universidade, muita mudança aconteceu. Um bom exemplo de trabalho em prol da acessibilidade são as ações que a Universidade de Brasília tem se dedicado a promover, como o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais, realizado no início de cada semestre que instrui os alunos com deficiência a entregar uma carta específica ao professor com as adaptações necessárias a sua necessidade, como nos conta Martins e Velo (2016, p.33) em seu manual de inclusão.

Não podemos dizer o mesmo sobre outros eventos acadêmicos ou eventos de lazer destinados aos alunos. Sem dúvida, há uma preocupação acerca da receptividade e inclusão de pessoas com deficiência, porém, há poucos recursos próprios da universidade para fornecer acessibilidade nesses eventos.

Como Ivo, Marin e Souza (2014) ressaltam “poucas Instituições de Ensino Superior possuem um guia ou manual de orientações de eventos em

suas dependências [...]”. Na mesma linha, podemos afirmar que, assim como falta essa estruturação básica na organização de eventos acadêmicos, a parte que se destina a melhorar a acessibilidade para as pessoas com deficiência fica defasada. Ivo et al. (2014) igualmente comentam sobre as universidades que apresentam algum tipo de manual ou guia, geralmente contemplam somente contextos muito amplos de atividades universitárias, como formaturas e palestras, não expandindo suas possibilidades para as inúmeras outras atividades que ocorrem dentro do ambiente acadêmico.

A produção de um manual de acessibilidade em eventos deste tipo poderia ser de grande ajuda para a universidade se tornar uma entidade independente da ação de empresas terceiras, como poderia ser igualmente benéfica para Empresas Juniores, que também se inserem no contexto de aprendizado universitário, podendo assim implementar o guia diretamente na produção de seus projetos.

Como aluna de Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação da Universidade de Brasília, creio que a acessibilidade é uma questão que deva ser tratada com maior prioridade na produção de eventos e não como uma etapa que possa ser descartada ou ignorada na impossibilidade eventual. Por trabalhar em uma empresa de eventos e por já ter participado voluntariamente da Empresa Júnior Quimera de Letras, entendo todas as motivações que levam essas empresas a não se atentarem aos parâmetros de acessibilidade, muitas vezes por simples falta de conhecimento ou por falta de materiais adequados para tal feito.

O objetivo desse trabalho é propor um manual de eventos acessíveis para a empresa Júnior Quimera da Universidade de Brasília, tendo em vista principalmente eventos no ambiente universitário, de cunho acadêmico e sociocultural.

Para o cumprimento do objetivo geral, foram analisados manuais, guias, trabalhos e artigos que proporcionaram o conhecimento necessário para a produção do produto final. A Empresa Júnior foi consultada com o intuito de levar suas necessidades em termos de acessibilidade. O manual foi criado seguindo o modelo de outros manuais elaborados pela Quimera.

## 2 ACESSIBILIDADE

### 2.1 Conceitos

Certos conceitos precisam ser entendidos antes da elaboração do manual. O termo “acessibilidade” está inserido no nosso cotidiano, e compreender o seu significado, as leis brasileiras pertinentes que o garantem e sua importância para a produção de um produto que o deixe em destaque são importantes para a manutenção dos nossos direitos. O conceito do que é acessibilidade, segundo o Decreto Federal nº 5.296/2004, em seu artigo 8º, I é:

I – Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O termo acessibilidade pode ser entendido como amplo, podendo abranger diferentes áreas que necessitem de visibilidade, acesso, conhecimento e informação, como explica Soraya Ferreira Alves (2018),

[..]Ampliando-se o conceito, incluem-se todas as demais pessoas que não se encontram em igualdade de oportunidades por motivos diversos, como socioeconômico, lingüístico ou de gênero. Dessa forma, o conceito de acessibilidade não remete exclusivamente às pessoas com deficiência, mas à deficiência da sociedade em eliminar as barreiras para qualquer pessoa que se sinta limitada por elas. (ALVES, 2018, p.9).

Compreende-se, então, que acessibilidade é ter a possibilidade de eliminar essas barreiras na nossa sociedade e disponibilizar meios para incluir pessoas com os mais variados tipos de limitações. Na mesma linha, tendo em vista o objetivo do manual, podemos também dizer que a acessibilidade é a inclusão de todos a variados ambientes e eventos.

A pessoa com deficiência é definida como “[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação

plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), e representa uma parcela das pessoas que precisam de mecanismos para garantir o pleno exercício dos seus direitos individuais e sociais, e sua efetiva integração social (BRASIL, 1989), que serão tratados na produção do manual.

Mesmo com o reconhecimento de que uma parte da população tem dificuldades decorrentes de discriminações e a notável necessidade de reparar as desvantagens sociais (ALVES, 2018, p.10), muitas ações afirmativas foram feitas em prol da inclusão, como já afirmava, anos antes, Sassaki(1997):

Ainda hoje vemos a exclusão e a segregação sendo praticadas em relação a diversos grupos sociais vulneráveis, em várias partes do Brasil assim como em praticamente todos os outros países. Mas também vemos a prática da tradicional integração dando lugar, gradativamente, à inclusão” (SASSAKI, 1997, p.16)

## **2.2 Leis e Decretos**

Desde a promulgação do Decreto 6.949/2009 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, com o propósito de “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”, várias mudanças notáveis aconteceram em favor aos direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

É onde também se reconhece o termo “pessoa com deficiência” como:

[...]aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2009).

Sassaki (1997) explica a valorização da utilização do termo “pessoa com deficiência” no lugar de “pessoa deficiente”, “deficiente”, “pessoas com necessidades especiais” entre outros:

Às vezes, encontramos na literatura, em palestras e em conversas informais o uso das expressões pessoas portadoras de necessidades especiais, pessoas com necessidades especiais e portadores de necessidades especiais como sendo melhor do que usar, respectivamente as expressões pessoas portadoras de deficiência, pessoas com deficiência e portadores de deficiência, no sentido de que, assim, seria evitado o uso da palavra 'deficiência' supostamente desagradável e pejorativa. Todavia, 'necessidades especiais' não deve ser tomado como sinônimo de 'deficiências' (intelectual, auditiva, visual, física ou múltipla)[...] Outros termos evitados cada vez mais são 'portador de deficiência' e 'pessoa portadora de deficiência', agora substituídos por 'pessoa com deficiência'. (SASAKI, 1997, p.15).

A escolha do termo 'pessoa com deficiência', segundo o Guia de Acessibilidade em eventos feito pelo SEBRAE SP (p.19), deve ser utilizada não pela preocupação em ser politicamente correta, mas porque, desta forma, a questão substantiva (pessoas) possui mais importância do que o aspecto adjetivo (com deficiência). A deficiência é apenas uma dentre várias características pertencentes a estas pessoas.

Outro grande avanço pertinente foi a instituição da Lei 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que determinou vários parâmetros de inclusão como direitos assegurados ao Atendimento Prioritário, à Vida, à Habilitação e à Reabilitação, à Saúde, à Educação, à Moradia, ao Trabalho Habilitação Profissional e Reabilitação Profissional, entre vários outros direitos.

O capítulo mais pertinente ao trabalho na produção de eventos é o que diz respeito do Direito à Cultura, ao Esporte, ao Turismo e ao Lazer no capítulo IX da lei:

CAPÍTULO IX – Do Direito à Cultura, ao Esporte, ao Turismo e ao Lazer Art. 42.

A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

I – a bens culturais em formato acessível;

II – a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e

III – a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.

§ 1º É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.

§ 2º O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 43. O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo, devendo:

I – incentivar a provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;

II – assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo; e

III – assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Também ficam definidos alguns parâmetros no artigo 44 da lei sobre assentos reservados em espetáculos, shows, peças etc., que serão importantes para a regulamentação das áreas reservadas na produção de eventos. Neste ano, em 2018, foi promulgado o decreto que regulamenta melhor esses parâmetros e o número de cota de acentos conforme o porte do evento.

Além do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que veio regulamentar e melhorar as leis e decretos que já existiam no Brasil, como exemplos a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, o decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, entre outros, também temos normas ABNT criadas para estabelecer ações em estruturas físicas de acessibilidade para pessoas com deficiência, que são pertinentes de serem comentadas devido ao objetivo de se construir um manual de eventos acessíveis.

A Norma ABNT NBR 9050 tem como objetivo os seguintes itens:

#### 1 Objetivo

1.1 Esta Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

1.2 No estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como: próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais.



1.3 Esta Norma visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

1.3.1 Todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta Norma para serem considerados acessíveis.

1.3.2 Edificações e equipamentos urbanos que venham a ser reformados devem ser tornados acessíveis. Em reformas parciais, a parte reformada deve ser tornada acessível.

1.3.3 As edificações residenciais multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais devem ser acessíveis em suas áreas de uso comum, sendo facultativa a aplicação do disposto nesta Norma em edificações unifamiliares. As unidades autônomas acessíveis devem ser localizadas em rota acessível.

1.3.4 As entradas e áreas de serviço ou de acesso restrito, tais como casas de máquinas, barriletes, passagem de uso técnico etc., não necessitam ser acessíveis. (Brasil, 2004).

Estes objetivos são pertinentes para estruturação do local destinado ao evento, que pode ser realizado de diferentes métodos, mas que precisam de parâmetros para atender as questões de acessibilidade aqui discutidas. Os itens dessa norma que mais foram tratados no trabalho, tendo em vista a Empresa Júnior (EJ), são os espaços para cadeira de rodas, pessoas com deficiência e angulação da vista para o palco de pessoas com cadeira de rodas.

### 3 PRODUÇÃO DE EVENTOS

#### 3.1 Conceitos

Segundo o dicionário, evento pode ser definido como “aquilo que acontece; acontecimento: os importantes eventos de sua vida. Acontecimento imprevisto; eventualidade”. Porém, Watt explica que esta definição pode ser

[..]flexível para adequar-se a situações diferentes, mas um conceito exato em se tratando de um departamento de eventos especiais, de um profissional de eventos ou ainda, de um grupo organizador, deve ser claramente estabelecido antes de damos início a eventos específicos e ao trabalho que demandam (WATT, 2004, p.15).

Portanto, evento “é a soma de esforços e ações planejadas com o objetivo de alcançar resultados definidos junto ao seu público-alvo” (BRITTO e FONTE, 2002, p.14). Várias outras definições também podem ser consideradas:

- Conjunto de atividades profissionais desenvolvidas com o objetivo de alcançar o seu público-alvo por meio do lançamento de produtos, da apresentação de pessoas, empresas ou entidades, visando a estabelecer o seu conceito ou recuperar a sua imagem;
- Realização de ato comemorativo, com ou sem finalidade mercadológica, visando a apresentar, conquistar ou recuperar seu público-alvo;
- Ação profissional que envolve pesquisa, planejamento, organização, coordenação, controle e implantação de um projeto, visando a atingir o seu público-alvo com medidas concretas e resultados projetados. (BRITTO e FONTE, 2002, p. 14).

Já, segundo Matias (2013, p.121), “evento é uma atividade econômica e social que surgiu praticamente com a civilização humana e que caminha paralelamente a ela, adquirindo características representativas de cada período

da nossa história, até chegar aos tempos modernos e à forma como é conhecida hoje.”

A necessidade de se aprofundar nesses conceitos é entender como alguns acontecimentos sociais podem ser importantes para a manutenção da coletividade e inclusão, assim como Melo Neto (2005, p.14) afirma que o “evento amplia os espaços para a vida social e pública e conduz as pessoas para a experimentação conjunta de emoções.”

### **3.2 Leis e Decretos**

As leis pertinentes quando tratamos da produção de eventos são aquelas necessárias às determinações judiciais como licitações, direitos autorais, alvarás, entre outros, que podem ser gerais ou específicos das legislações estaduais e municipais onde o evento será realizado.

Segundo Matias (2013), as principais leis na esfera federal que precisamos ficar atentos são:

- Decreto n. 70.274, de 9 de março de 1972: aprova as normas do cerimonial público e ordem geral de precedência;
- Lei n. 7853, de 24 de outubro de 1989: dispõe o apoio às pessoas portadoras de deficiência [...];
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e dá outras providências;
- Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990; dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;
- Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998: altera, atualiza e consolida a Lei n. 5.988, de 14 de dezembro de 1993, sobre os direitos autorais e dá outras providências;
- Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) foi criado pela Lei n. 5.988 e mantido pela atual Lei n. 9.610. [...] (MATIAS, 2013, p.170).

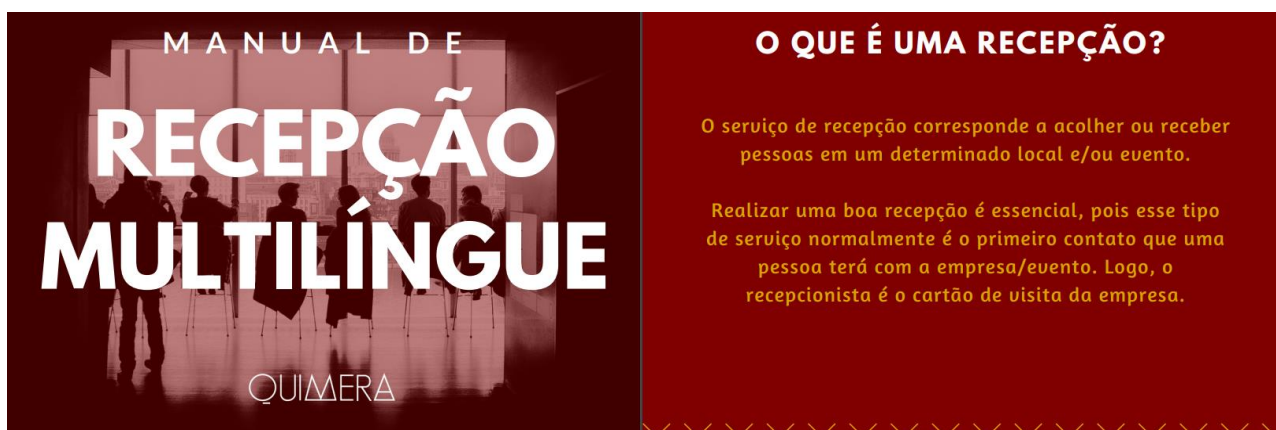
É importante acrescentar a lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que regulamenta melhor as necessidades das pessoas com deficiência em eventos diversos.

#### 4 METODOLOGIA

Após a compreensão de alguns termos essenciais de acessibilidade e da história e estruturação de eventos, inicia-se a elaboração do manual. A empresa júnior Quimera, de tempos em tempos, produz manuais internos para seus membros, afim de capacitá-los para as funções da EJ, e depois de analisar alguns desses manuais, conclusões foram tiradas.

A maioria dos guias e manuais da EJ costuma ser bem pontual no assunto tratado, sempre utilizando uma linguagem clara, uma estrutura visual simples, provavelmente em busca de um entendimento sóbrio por parte dos membros, tendo em vista, a grande rotatividade de membros que ocorre dentro de uma empresa júnior e a necessidade de sempre capacitar trainees.

Figura 1 – Exemplo de manual da Empresa Júnior Quimera



Fonte: Acervo restrito da Quimera

Manual é o conjunto, ou a coleção sistemática de normas, diretrizes, políticas, objetivos, instruções e orientações, que indica o que deve ser feito, como onde, quando, quem deve fazer e por que é feito. A intenção de se criar um manual é tornar objetivas as informações que precisam ser passadas, além de estabelecer processos e critérios para a realização dos comandos propostos no trabalho.

Observando os manuais produzidos pela EJ e os guias utilizados para a elaboração do produto, não há uma estrutura clara de como se produzir um manual, desde que ele seja objetivo e cumpra sua função. O que podemos encontrar de comum entre ele é: a apresentação, com uma forma de introdução ao trabalho; a palavra da diretoria sobre o assunto tratado; um índice/sumário; o uso de divisórias ou perguntas para dividir os vários segmentos; desenvolvimento do trabalho; glossário se for necessário; referências bibliográficas; créditos e anexos.

Figura 2 – Exemplos de estrutura dos manuais estudados



Fonte: Manual de Recepção Multilíngue do acervo restrito da EJ Quimera, GuiaGuia de acessibilidade em eventos SEBRAE SP e Guia de acessibilidade em eventos Prefeitura de São Paulo

Uma das etapas marcantes foi procurar manuais ou trabalhos que tratam especificamente sobre tornar eventos acessíveis. Poucas produções foram encontradas, talvez pela falta de conhecimento sobre, pois os parâmetros de acessibilidades mais importantes foram organizados em 2015, junto com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, ressaltando, mais uma vez, a necessidade de produzir mais materiais referentes a esse ramo.

Em relação aos manuais sobre acessibilidade em eventos, foram encontrados somente dois que definem exatamente como tornar eventos acessíveis a todos os tipos de públicos. São esses manuais: guia de acessibilidade em eventos, feito pela Prefeitura de São Paulo; e o guia de acessibilidade em eventos, projeto SEBRAE mais acessível, feito pelo SEBRAE/SP. Uma curiosidade interessante de se ressaltar é que um guia foi baseado no outro para sua elaboração. No caso, o SEBRAE SP utilizou o guia produzido pela Prefeitura de São Paulo e criou um manual tendo em vista as suas próprias necessidades, inserindo mais informações sobre estrutura física geral de um evento para torná-lo mais acessível.

Figura 3 – Guias de acessibilidade em eventos SEBRAE SP e Prefeitura de São Paulo



Fonte: Guia de acessibilidade em eventos SEBRAE SP e Guia de acessibilidade em eventos Prefeitura de São Paulo

Esses dois guias foram utilizados na composição do manual para a empresa júnior, se atentado às suas necessidades. Também foram utilizados: o manual de inclusão de pessoas com deficiência para a Universidade de Brasília, de Julia Martins e Paula Velo; Especialização em audiodescrição: audiodescrição de eventos ao vivo, de Soraya Ferreira Alves; Pauta Eficiente: como abordar a deficiência na imprensa, de Edilson Sacramento; leis como a de Inclusão e normas ABNT 905/15; entre outros que serão explicados com o decorrer da elaboração do roteiro do manual.

No que concerne a produção de eventos, necessariamente sobre a estruturação básica do projeto, foram utilizados os parâmetros encontrados na obra Organização de eventos: procedimentos e técnicas, de Marlene Matias. Os processos internos da organização de um evento sempre são pertinentes

para a produção de qualidade, e ficar atento a todas as etapas levam a uma empresa com mais eficiência na maneira como lida com seus eventos. Matias (2013) define que “as fases do processo de planejamento e organização de eventos são: concepção: incorporação da idéia; pré-evento: planejamento e organização; per ou transevento; realização; pós-evento: avaliação e encerramento (Matias, 2013, p.153).

O manual foi feito a partir dos conceitos da estruturação proposta por Matias em seu livro, onde cada etapa foi comentada ou adaptada para se atentar às questões de acessibilidade encontradas nos manuais da Prefeitura de São Paulo, SEBRAE SP e outros. A intenção desse trabalho é orientar os membros da empresa júnior Quimera em todo o processo de elaboração do projeto/evento, desde a sua idealização, para se ter sempre uma atenção sobre as ações necessárias que a EJ precisa tomar em cada fase do projeto, levando-a a produzir eventos com um ambiente cada vez mais inclusivo.

A estrutura do manual foi definida como: capa, apresentação, palavra da presidência, sumário, aviso (Atenção), Planejando um evento acessível, gerência e equipe, concepção, pré-evento, transevento, pós-evento, referências, créditos, conceitos e termos interessantes sobre acessibilidade e anexos.

#### **4.1 Capa**

Analisando os manuais encontrados, a capa pode conter as informações gerais, quem produziu imagens, símbolos etc., ou somente o título do manual. Foi decidido, além do título “Manual de eventos acessíveis”, colocar o nome de quem a produziu, da orientadora e o destinatário. que é a Empresa Júnior



Quimera. Também foi colocado a logotipo da Empresa Júnior Quimera e o símbolo internacional de acessibilidade.

## **4.2 Planejando um evento acessível**

Essa parte do manual é apresentada como uma introdução do que vai ser encontrado ao decorrer das fases, e onde é apresentado como foi dividido o manual e o porquê. A proposta do manual é informar quais ações são necessárias em cada etapa da elaboração de um evento, para torná-lo acessível, juntamente com a explicação de como se estrutura um evento. Uma questão importante abordada nesse tópico é a informação de que se precisa estudar este manual e ver quais as necessidades do evento para com a acessibilidade, assim adequando as informações ao tipo específico do evento que está sendo produzido.

## **4.3 Atenção**

Antes de iniciar o manual, foi necessário identificar ou pelo menos deixar destacado alguns termos que merecem uma atenção redobrada, já que tratamos sobre questões de acessibilidade neste trabalho. É importante que os membros da EJ estejam familiarizados com os termos essenciais da acessibilidade, para terem pelo menos o básico de informação necessária para se lidar com a inclusão de pessoas com deficiência.

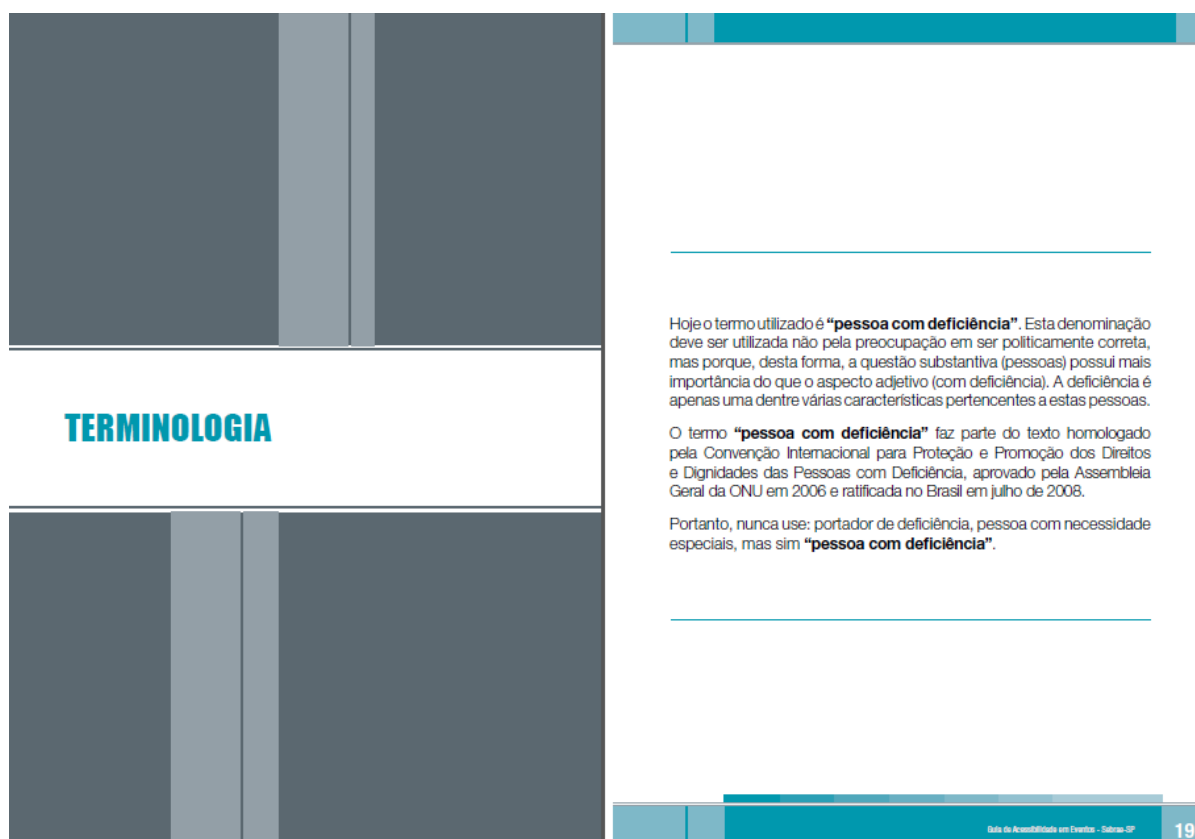
Foram escolhidos três termos que serão recorrentes ao longo do manual: acessibilidade, pessoa com deficiência e pessoa com mobilidade reduzida.

A explicação dos três termos foi feita da seguinte forma no manual:

- Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. É o processo pelo qual se atinge o acesso universal, resultado da prática inclusiva.
- Pessoa com deficiência: pessoa que tem perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Aplica-se a pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual e/ou física. Portanto, nunca use: “deficiente”, “portador de deficiência”, “pessoa com necessidades especiais” etc. , mas sim “pessoa com deficiência”.
- Pessoa com mobilidade reduzida: pessoa que, por qualquer motivo, tem dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora e da percepção. Aplica-se às pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, gestantes, obesos e pessoas com criança de colo.

As definições desses termos foram achadas em todos os manuais, trabalhos e guias estudados, assim como presente também nas leis já informadas no capítulo sobre acessibilidade, ressaltando, então, a necessidade de se compreender e utilizar esses termos da forma correta. Elas foram adaptadas principalmente dos Guias de acessibilidade em eventos.

Figura 4 – Exemplo de como é apresentado Pessoa com Deficiência em um dos manuais



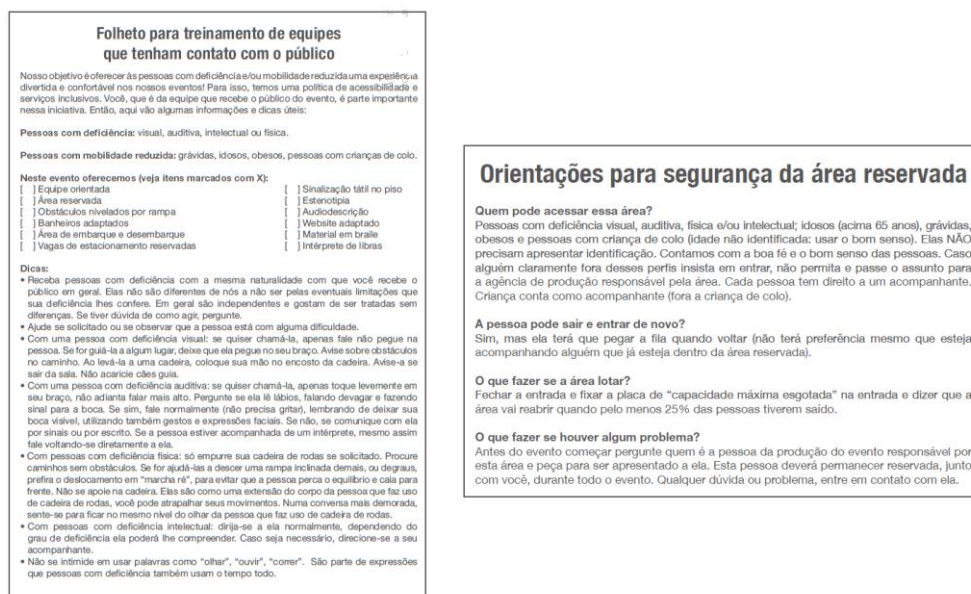
Fonte: Guia de acessibilidade em eventos Sebrae SP

#### 4.4 Gerência e equipe

A fase "Gerência e equipe" não está na estruturação criada por Matias em sua obra. Este tópico foi criado no intuito de direcionar a organização do evento, que muitas vezes não tem uma estrutura de coordenação eficiente. Diretamente voltado para as necessidades da Quimera e seus protocolos de entrada e saída de projetos, assim também com a possibilidade de ser criado um grupo a parte, que precise de direcionamentos de estrutura de hierarquia, para o mecanismo de elaboração do evento.

Sobre acessibilidade, há um tópico voltado em como se deve ficar atento a maneira como a equipe vai receber as pessoas com deficiência, onde, além de sugerido treinamento prévio, é direcionado a dois anexos que estão no final do manual, que contêm informações gerais a serem compartilhadas com toda a equipe que estará presente no evento ou que de alguma forma estará trabalhando em nome da EJ. Esses dois anexos são dicas criadas no Guia de acessibilidade de eventos da Prefeitura de São Paulo, afim de ajudar as pessoas a ficarem mais bem informadas sobre o assunto.

Figura 5 – Anexos 1 e 2



Fonte: Guia de acessibilidade em eventos da Prefeitura de São Paulo

## 4.5 Concepção

Nesta fase já entramos com as estruturas de eventos baseadas na obra de Matias. A concepção é definida como o primeiro esboço do evento, quais as ideias, os seguimentos, a proposta. É proposto, então, junto das definições de

Matias alguns itens para o levantamento de informações do evento que já podem ser definidas, assim como quais recursos de acessibilidade podem estar presentes no evento. Porém, há uma adaptação no manual conforme a necessidade da EJ.

Uma explicação simples sobre os processos internos da EJ e uma sugestão para reunir todas essas informações dentro de um *Briefing*, cujo modelo fica como anexo ao fim do manual. Ao longo do manual, as explicações de alguns termos, como o de *Briefing*, ficam dispostas em balões fora do corpo de texto para uma simples informação do que pode ser o termo utilizado naquela página.

Esse anexo, como praticamente todos os próximos, foram tirados do livro de Matias.

Figura 6 – Anexo 5

MODELO DE ROTEIRO DE PROJETO DE EVENTOS	
1 – Título (nome do evento)	
2 – Associação, empresa e/ou indústria promotora	
3 – Entidade e/ou empresa organizadora	
4 – Cidade-sede	
5 – Local do evento	
5.1 – Nome	
5.2 – Endereço	
5.3 – Cidade e estado	
6 – Tema do evento	
7 – Objetivos (o que se pretende alcançar com o evento)	
7.1 – Geral	
7.2 – Específicos	
8 – Justificativa (por que a realização do evento é importante)	
9 – Público-alvo (perfil e número previsto de participantes)	
10 – Descrição do evento	
11 – Período de realização do evento e horário	
12 – Programação preliminar do evento	
13 – Taxa de inscrição e/ou ingresso	
13.1 – Ingresso (valores de acordo com o local)	
13.2 – Inscrição (gratuita e/ou preços previstos e prazos)	
13.3 – Outros.	
14 – Recursos necessários	
14.1 – Recursos humanos	
14.2 – Recursos materiais (administrativo)	
14.3 – Materiais de divulgação	
14.4 – Recursos audiovisuais e equipamentos	
14.5 – Diversos	
15 – Instalações (descrição e localização dos espaços físicos que serão utilizados pelo evento)	
16 – Serviços (transporte, hospedagem, alimentação, sonorização, decoração e outros)	
17 – Plano de divulgação e marketing	
18 – Previsão orçamentária	
18.1 – Receitas	
18.2 – Despesas	
19 – Cronograma	
20 – Considerações gerais	

Fonte: Organização de evento, procedimentos e técnicas, MATIAS, 2013

## 4.6 Pré-evento

A fase de pré-evento é imprescindível para a organização e planejamento do evento. É onde as previsões são feitas, administradas e monitoradas. Diferente do resto do manual, essa fase não detalha ou resume os tópicos comentados por Matias (2013, p.154-173) em seu livro, mas mostra os mais pertinentes para a EJ e detalha os tópicos que precisam de atenção maior para as questões de acessibilidade do evento.

O primeiro item é a Escolha do Local, que reflete diretamente na qualidade do evento. Algo presente nos manuais, assim como no Artigo 44 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a necessidade de

reservar áreas destinadas às pessoas com deficiência. Toda essa parte sobre a área reservada foi adaptada dos manuais como também da lei:

Art. 44. Nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, serão reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, observado o disposto em regulamento.

§ 1º Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem ser distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, em todos os setores, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.

§ 2º No caso de não haver comprovada procura pelos assentos reservados, esses podem, excepcionalmente, ser ocupados por pessoas sem deficiência ou que não tenham mobilidade reduzida, observado o disposto em regulamento.

§ 3º Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem situar-se em locais que garantam a acomodação de, no mínimo, 1 (um) acompanhante da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, resguardado o direito de se acomodar proximamente a grupo familiar e comunitário.

§ 4º Nos locais referidos no caput deste artigo, deve haver, obrigatoriamente, rotas de fuga e saídas de emergência acessíveis, conforme padrões das normas de acessibilidade, a fim de permitir a saída segura da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em caso de emergência.

§ 5º Todos os espaços das edificações previstas no caput deste artigo devem atender às normas de acessibilidade em vigor.

§ 6º As salas de cinema devem oferecer, em todas as sessões, recursos de acessibilidade para a pessoa com deficiência.

Outra forma de se visualizar melhor a importância da cota de assentos para pessoas com deficiência de acordo com o decreto 9.404 de 11 de junho de 2018, também em conformidade com a Lei 13.146/2015, junto com normas ABNT, é a imagem que resume esses parâmetros para o corpo do texto não ficar muito extenso.

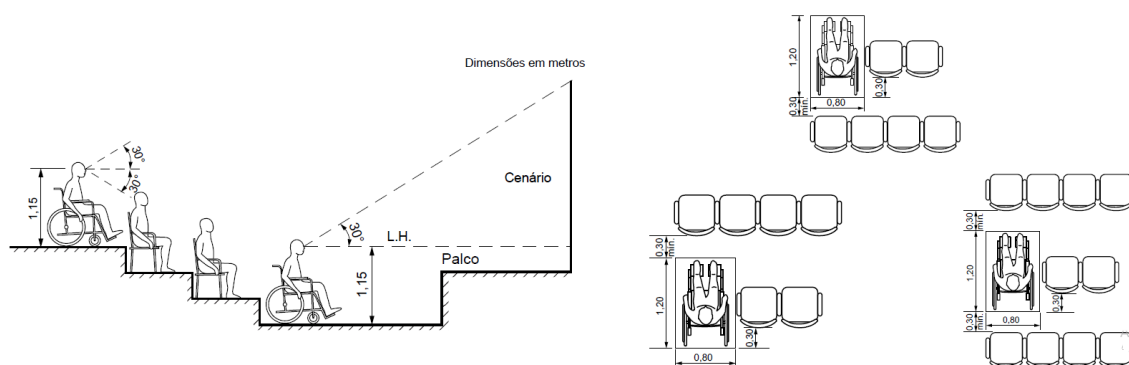
Figura 7 – Cotas de assentos reservados por lotação

Capacidade total de assentos	Espaço para pessoas em cadeira de rodas	Assentos para pessoas com mobilidade reduzida	Assentos para pessoas obesas
Até 25	1	1	1
De 26 a 50	2	1	1
De 51 a 100	3	1	1
De 101 a 200	4	1	1
De 201 a 500	2% do total	1%	1%
De 501 a 1.000	10 espaços mais 1% do que exceder 500	1%	1%
Acima de 1.000	15 espaços mais 0,1% do que exceder 1.000	10 assentos mais 0,1% do que exceder 1.000	10 assentos mais 0,1% do que exceder 1.000

Fonte: Guia de Acessibilidade em Eventos

Outras especificações da ABNT (NBR 9050) também são comentadas como a dimensão do espaço destinado à cadeira de rodas e o ângulo de visibilidade de uma pessoa com cadeira de rodas, adaptadas e exemplificadas no manual, consideradas as mais importantes de se expor para a EJ.

Figura 8 – Ângulo de visão e espaço destinado à cadeira de rodas



Fonte: ABNT NBR 9050

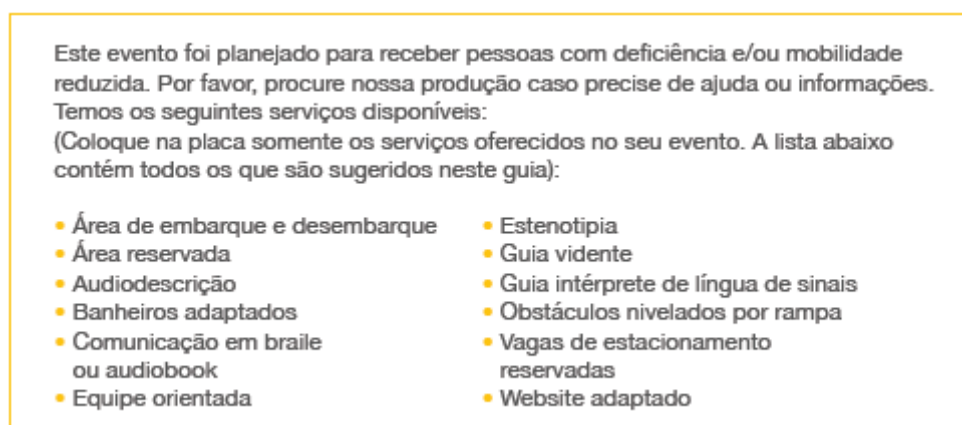
A identificação dos participantes ajuda a entender melhor o tipo de público esperado. Portanto, um tópico sobre este aspecto foi considerado no



manual, uma vez que a Quimera realiza inscrições para quase todos os seus eventos.

Antes das inscrições, é necessário atingir as pessoas com as informações de quais serviços de acessibilidade estarão disponíveis. Este tópico é do livro de Matias, porém foi adaptado com informações encontradas nos Guias de Acessibilidade em eventos, como no da Prefeitura de São Paulo, onde retiramos um exemplo de placa informativa a ser divulgado no dia do evento:

Figura 9 – Informativo de serviços de acessibilidade para o evento



Fonte: Guia de acessibilidade em eventos da Prefeitura de São Paulo

Outra etapa importante do pré-evento é decidir quais recursos precisam estar disponíveis e assim, como explicados em Matias (2013), separar em três setores: recursos audiovisuais, recursos matérias e os serviços.

Em serviços, além da contratação costumeira de seguranças, brigadistas, decoração etc., são necessários serviços de acessibilidade como audiodescrição e intérprete de Libras. No manual foi previsto três casos: participante surdo ou ensurdecido, participante cego ou com baixa-visão e

participante surdo-cego. Uma explicação simples é feita para cada caso e é informado o tipo de serviço que precisa ser destinado a esses participantes. As informações foram retiradas dos guias.

#### **4.7 Transevento**

Na fase do transevento, ou seja, durante a realização do evento, Matias (2013) categoriza algumas ações que são necessárias. Foi resumida e comentada cada uma das etapas, e acrescentadas as ações que precisam ser tomadas para o ambiente inclusivo. É sugerido criar *checklists* dos setores para que o gerente responsável possa monitorar com mais eficiência.

Dos pontos abordados, os que precisaram de mais informações sobre acessibilidade são a recepção, a sinalização do evento, saídas de emergência e tradução simultânea. Os três primeiros itens foram dispostos em cadeia, conforme o desenrolar da explicação de um ao outro.

O serviço de recepção precisa estar atento a vários critérios, e as sugestões foram tiradas dos guias de acessibilidade

Sobre a sinalização do evento, os símbolos mais pertinentes da norma ABNT NBR 9050 foram dispostos no manual com o intuito de mostrar os parâmetros internacionais que representam as pessoas com deficiência, pessoas com deficiência auditiva e pessoas com deficiência visual.

Figura 10 – Símbolos Internacionais das pessoas com deficiência, pessoa com deficiência visual e pessoa com deficiência auditiva



Fonte: ABNT NBR 9050

O texto utilizado nos casos de emergência está no Guia do SEBRAE SP e no da Prefeitura de São Paulo. As informações neles contidas foram preservadas caso haja qualquer tipo de acontecimento inesperado durante o evento.

É sugerido, então, fazer um *checklist* dos serviços de acessibilidade prestados. Esse tópico foi acrescentado compreendendo a sua necessidade para a realização do evento pela EJ. Ele não é sugerido por Matias e nem está presente em um dos manuais ou guias.

A tradução simultânea, considerando a alta probabilidade de se realizar eventos multilíngües, pois a Quimera é uma empresa destinada a todos os cursos de letras e trabalha diretamente com tradução, foi acrescentada, conforme as orientações de Matias (2013). Devem-se acrescentar informações

necessárias sobre a cadeia que a tradução simultânea precisa ter com os interpretes de libras e também com a audiodescrição.

A audiodescrição foi retratada conforme o Manual Especialização em Audiodescrição – audiodescrição de eventos ao vivo, de Soraya Ferreira Alves. Foram explicadas e adaptadas as informações sobre os tipos de audiodescrição e como elas podem ser utilizadas em um evento, dependendo do número de participantes que necessitem desse serviço. Também foi feita uma série de dicas sobre a produção dos roteiros para os audiodescritores, para que os mesmos produzam um trabalho com mais qualidade.

#### **4.8 Pós-evento**

A fase do pós-evento foi uma adaptação/resumo do livro de Marlene Matias, no qual ressalta a necessidade de se avaliar todos os processos anteriores, a fim de criar documentos de memória e aperfeiçoar a execução para os próximos eventos.

#### **4.9 Termos de acessibilidade e Anexos**

Foram acrescentados, alguns termos interessantes encontrados nas normas ABNT NBR 9050, além dos anexos comentados durante toda a elaboração do manual.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de eventos é um ramo a ser explorado. As questões de acessibilidade para eventos inclusivos têm tido sua importância notabilizada tanto socialmente como no próprio mercado de eventos.

A produção de mais obras que facilitem o trabalho do produtor de eventos, com informações mais concisas e práticas sobre acessibilidade, é necessária o mundo cada vez mais acessível. O trabalho de montar um manual para a Empresa Júnior Quimera pode representar mais um passo nesse processo de mudança.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Soraya Ferreira. **Especialização em Audiodescrição**: Audiodescrição de eventos ao vivo. Fortaleza – CE: EdUECE, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, 2004. Disponível em [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_imagens-filefield-description%5D\\_24.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf). Acesso em 20/10/2018.

BRASIL. LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm). Acesso em 05/01/2018.

BRASIL. LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm). Acesso em 06/10/2018.

BRASIL. DECRETO Nº 5.296 DE 2 de DEZEMBRO DE 2004. Disponível em

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm). Acesso em 24/10/2018.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LEI Nº13.146, 6 DE JULHO DE 2015. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em 02/10/2018.

BRASIL.DECRETO Nº 9.404, DE 11 DE JUNHO DE 2018. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9404-11-junho-2018-786845-publicacaooriginal-155826-pe.html>. Acesso em 07/09/2018.

BRASIL. Convenção dos direitos das pessoas com deficiência - DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em 14/10/2018.

BRASIL. LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm). Acesso em 18/09/2018.

BRITTO, Janaina. FONTES, Nena. **Estratégia para eventos**: uma ótica do marketing e do turismo / Janaina Britto, Nena Fontes. – São Paulo: Aleph, 2002.

FERREIRA, Luiza Malheiros. Acessibilidade em Eventos: uma análise da Feira do Livro de Porto Alegre 2015. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

IVO, Andressa Aiata. MARIN, Elizara Carolinha. SOUZA, Lucas Machado de. Gestão de eventos: Orientações básicas para o contexto das universidades. **Revista Kinesis**, ed. 32, jul-dez de 2014, Santa Maria.

MARTINS, Julia. VELO, Paula. Manual de Inclusão de Pessoas com Deficiência para a Universidade de Brasília. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social com habilitação em Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília, 2016.

MATIAS, Marlene. **Organização de Eventos**: Procedimentos e técnicas/ Marlene Matias. – 6.ed. – Barueri, SP: Manole, 2013

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Criatividade em eventos** / Francisco de Melo Neto 4°. Ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Guia de acessibilidade de eventos**. Disponível em [https://www.portal.ufpr.br/guia\\_acessibilidade\\_eventos.pdf](https://www.portal.ufpr.br/guia_acessibilidade_eventos.pdf). Acesso em 14/10/2018.

SACRAMENTO, Edilson. Pauta Eficiente: Como abordar a deficiência na imprensa. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação com habilitação em jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 2017.

SASAKI, Romeu K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**./Romeu Kazumi Sassaki – 8 ed. – Rio de Janeiro, RJ: WVA, 2010.

SEBRAE SP. **Guia de acessibilidade em Eventos**. Projeto Sebrae mais acessível disponível em [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/102a877bed4c33be5b5b14b64e92ae94/\\$File/SP\\_sebraeacessivel\\_17.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/102a877bed4c33be5b5b14b64e92ae94/$File/SP_sebraeacessivel_17.pdf). Acesso em 12/09/2018.

WATT, David C. **Gestão de Eventos em lazer e turismo** / David C. Watt; TRD. Roberto Cataldo Costa. – Porto Alegre: Bookman, 2004.

WIKIHOW. Como criar um manual do usuário. Disponível em <https://pt.wikihow.com/Criar-um-Manual-do-Usu%C3%A1rio>. Acesso em 02/10/2018.